



Mercado de Trabalho, Salário Mínimo e Previdência

ELABORADO PELA SUBSEÇÃO DO DIEESE NA CONTAG

1) Mercado de Trabalho

Divulgado pelo IBGE, a partir dos dados da Pnad Contínua, a **População brasileira** (com 14 anos ou mais de idade) em 2017 somava **168,4 milhões** de pessoas. Desse total, **103,9 milhões** constituía a chamada **Força de Trabalho**.

Da população que fazia parte da **Força de Trabalho**, **90,6 milhões** estavam **Ocupadas** (87,3% do total) e **13,2 milhões** estavam **Desocupadas** (12,7% do total).

As **90,6 milhões** de pessoas que estavam **Ocupadas** estavam assim distribuídas:

- 33,3 milhões – *Empregado com carteira assinada*
- 10,7 milhões – *Empregado sem carteira assinada*
- 22,7 milhões – *Conta própria*
- 11,3 milhões – *Empregado no setor público*
- 6,2 milhões – *Trabalhador doméstico*
- 4,2 milhões – *Empregador*
- 2,2 milhões – *Trabalhador familiar auxiliar*

Os **13,2 milhões de desocupados** constitui o que se chama de **Taxa de desemprego** que fechou o ano de 2017 em **12,7%**. Entre 2016 e 2017 o número de pessoas desempregadas cresceu 12,5%, passando de 11,7 milhões para 13,2 milhões, o que significa **1,5 milhão de pessoas a mais desempregadas**.

No mesmo período, o emprego com carteira de trabalho assinada diminuiu 2,8%, enquanto o emprego sem carteira de trabalho assinada (+5,5%) e o trabalho por conta própria (+0,7%) aumentaram. Isso traduz a natureza do mercado de trabalho atual, onde *“a qualidade do emprego não melhorou, uma vez que a maioria dos empregados não possui carteira assinada”* (Cimar Azeredo, IBGE).

O rendimento médio mensal habitualmente recebido dos ocupados no mercado de trabalho foi de R\$ 2.141,00, sendo que os com carteira assinada recebiam em média R\$ 2.059,00 enquanto os sem carteira assinada recebiam R\$ 1.234,00 por mês. O que mostra a precariedade do trabalho informal.

2) Salário Mínimo

O valor do Salário Mínimo em 2017 era R\$ 937,00 e atingia diretamente 48 milhões de pessoas¹. O que significa dizer que aproximadamente 50% da *força de trabalho ocupada* tinha como remuneração o valor exato de um salário mínimo.

Afora o impacto positivo advindo do *efeito farol* que o salário mínimo exerce nos demais salários e outras remunerações nele embasados, como as aposentadorias, pensões e outros benefícios, o impacto do aumento, mesmo com as defasagens², é gigantesco na economia como um todo. O Dieese estima que em 2018 o aumento de 1,81% do salário mínimo incrementará R\$ 10,5 bilhões na economia, sendo que R\$ 5,6 bilhões corresponde ao incremento na arrecadação tributária diretamente sobre o consumo.

Por outro lado, a diferença que falta no reajuste do SM, R\$ 4,00 nos dois últimos reajustes, *“representa R\$ 52,00 anualmente para cada trabalhador. Levando-se em consideração as 48 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo, isso significa acréscimo de cerca de R\$ 192 milhões por mês ou R\$ 2,5 bilhões por ano na massa salarial e previdenciária”*³.

3) Previdência

A arrecadação direta da previdência incide sobre os trabalhadores formalmente empregados. Os trabalhadores na informalidade não contribuem para a previdência, impactando negativamente as contas públicas.

Foi divulgado que a arrecadação direta da previdência em 2017 ficou deficitária em R\$ 182,4 bilhões (excluindo os servidores públicos e militares), R\$ 110,7 bilhões dos rurais e 71,7 bilhões dos urbanos. Justificativa do governo para a atual proposta de reforma da previdência.

Na contribuição previdenciária, a alíquota do INSS para o empregado que recebe o valor de um salário mínimo é de 8%, o que equivale a dizer que,

¹ DIEESE, Nota Técnica 188 - **Valor de R\$ 954,00 não recompõe poder de compra do Salário Mínimo**. Disponível em: www.dieese.org.br

² Nos reajustes de 2017 e 2018 o salário mínimo acumula perdas de -0,35% (-0,10% em 2017 e 0,25% em 2018).

³ Clemente Gans Lúcio. **Salário Mínimo – a valorização deve continuar**. Disponível em: <http://www.agenciasindical.com.br>

em 2017, com salário mínimo valendo R\$937,00, o imposto era R\$ 74,96. Para os contribuintes individuais esse percentual é de 20%, que equivale a R\$ 187,40.

4) A relação entre o mercado de trabalho, o salário mínimo e a previdência

Afora toda e qualquer avaliação previdenciária ter que ser feita dentro da amplitude da Seguridade Social, suponha-se que os 13,2 milhões de pessoas desempregadas em 2017 estivessem empregadas e recebendo como remuneração o valor exato de um (1) salário mínimo, piso da remuneração constitucional, isso equivale a dizer que teria-se como contribuição previdenciária líquida R\$ 914,5 milhões mensais a mais nos cofres públicos – as 13 contribuições anuais resultaria num acréscimo anual de R\$ 11,9 bilhões. Supondo ainda que houvesse a formalização dos 10,7 milhões de empregados sem carteira, cujo rendimento médio aferido foi de R\$ 1.234,00, acrescentaria-se R\$ 1,06 bilhão mensais e R\$ 13,7 bilhões anuais ao sistema previdenciário brasileiro.

	Nº de trabalhadores	Rendimento médio mensal	Valor do imposto previdenciário (8%)	Arrecadação líquida previdenciária mensal	Arrecadação líquida previdenciária anual (13 contribuições)
Desempregados	13,2 milhões	R\$ 937,00	R\$ 74,96	R\$ 914,5 milhões	R\$ 11,9 bilhões
Empregados sem carteira assinada	10,7 milhões	R\$ 1.234,00	R\$ 98,7	R\$ 1,06 bilhões	R\$ 13,7 bilhões
Total	22,9 milhões				R\$ 25,6 bilhões

A geração de emprego com carteira assinada bem como a formalização no mercado de trabalho diminuiria o suposto “déficit”⁴ líquido previdenciário em 2017 na ordem de R\$ 25,6 bilhões – isso desconsiderando nos cálculos os 22,7 milhões de trabalhadores por conta própria, 6,2 milhões de trabalhadores domésticos e 2,2 milhões de trabalhadores familiares auxiliares que, em sua maioria, estão fora do sistema previdenciário. Afora o impacto fiscal externo dos recursos transferidos como benefícios aos

⁴ O governo considera nas contas do déficit apenas o que se paga de benefícios e o que se arrecada. Também considera em um mesmo orçamento RGPS e RPPS. A Anfi, Dieese, Contag e diversas outras entidades e pesquisadores contestam esses números, pois consideram a previdência social como parte da Seguridade Social, além de separar Regime Geral de Regime Próprio de Previdência.

aposentados e pensionistas que volta ao mercado na forma de consumo, dinamizando a economia em algo estimado em 50% de carga tributária sobre os mesmos⁵. Esse é um ponto a ser primeiramente equacionado antes de se pensar em qualquer reforma. Ademais, os desfalques nos cofres do INSS por meio de renúncias fiscais, desvinculações (DRU) e dívidas são recursos mais que suficientes para se ter uma Seguridade Social robusta.

Estudo elaborado pela Subseção do Dieese na Contag | Técnico: Júnior César Dias

⁵ Amir Khair. *Impacto fiscal do RGPS*. (16 de janeiro de 2018).

ANEXO ESTATÍSTICO

Retrospectiva 2012-2017

População de 14 anos ou mais de idade (em 1000 pessoas)

Força de Trabalho - Ocupados e Desocupados

Média dos 4 trimestres de cada ano

Indicadores	Estimativa						Varição 2016-2017	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%	
Total	157.267	159.511	162.029	164.344	166.371	168.362	1,2%	
Na força de trabalho	96.596	97.733	98.855	100.728	102.143	103.881	1,7%	
Fora da força de trabalhos	60.671	61.778	63.174	63.617	64.228	64.482	0,4%	
Na força de trabalho	Total	96.596	97.733	98.855	100.728	102.143	103.881	1,7%
	Ocupadas	89.497	90.764	92.112	92.142	90.384	90.647	0,3%
	Desocupadas	7.100	6.969	6.743	8.585	11.760	13.234	12,5%
Indicadores	Distribuição (%)						Varição 2016-2017	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	(p.p.)	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Na força de trabalho	61,4	61,3	61,0	61,3	61,4	61,7	0,31	
Fora da força de trabalhos	38,6	38,7	39,0	38,7	38,6	38,3	-0,31	
Na força de trabalho	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	Ocupadas	92,7	92,9	93,2	91,5	88,5	87,3	-1,23
	Desocupadas	7,3	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	1,23

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

Distribuição da força de trabalho - Ocupados

Indicadores		Estimativa						Varição 2016-2017
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)	Com carteira de trabalho assinada	34.308	35.353	36.610	35.699	34.293	33.340	-2,8%
	Sem carteira de trabalho assinada	11.084	10.835	10.378	10.081	10.147	10.707	5,5%
Trabalhador doméstico		6.136	5.986	5.973	6.078	6.170	6.177	0,1%
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)		11.173	11.174	11.438	11.418	11.214	11.283	0,6%
Empregador		3.556	3.730	3.787	4.022	3.915	4.243	8,4%
Conta própria		20.449	20.897	21.305	22.246	22.523	22.683	0,7%
Trabalhador familiar auxiliar		2.791	2.789	2.623	2.600	2.122	2.214	4,3%

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

Retrospectiva 2012-2017
 População de 14 anos ou mais de idade (em 1000 pessoas)
 Grupamento de Atividade - Distribuição
 Média dos 4 trimestres de cada ano

Indicadores	Distribuição (%)						Varição 2016-2017
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	(p.p.)
População Ocupada Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,6	11,3	10,4	10,3	10,2	9,5	-0,7
Indústria Geral	14,6	14,2	14,4	14,0	12,8	12,9	0,1
Construção	8,4	8,7	8,5	8,1	8,1	7,6	-0,5
Comércio, reparação de veículos automotores e	18,6	18,9	18,9	19,1	19,3	19,3	0,1
Transporte, armazenagem e correio	4,6	4,7	4,6	4,7	5,0	5,0	0,0
Alojamento e alimentação	4,3	4,4	4,6	4,8	5,1	5,7	0,6
Informação, comunicação e atividades financeiras,	10,6	10,7	11,2	11,2	10,7	11,0	0,3
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	16,2	16,1	16,4	16,7	17,3	17,2	-0,1
Outros serviços	4,3	4,4	4,5	4,5	4,7	4,9	0,3
Serviços Domésticos	6,9	6,6	6,5	6,6	6,9	6,9	-0,0

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

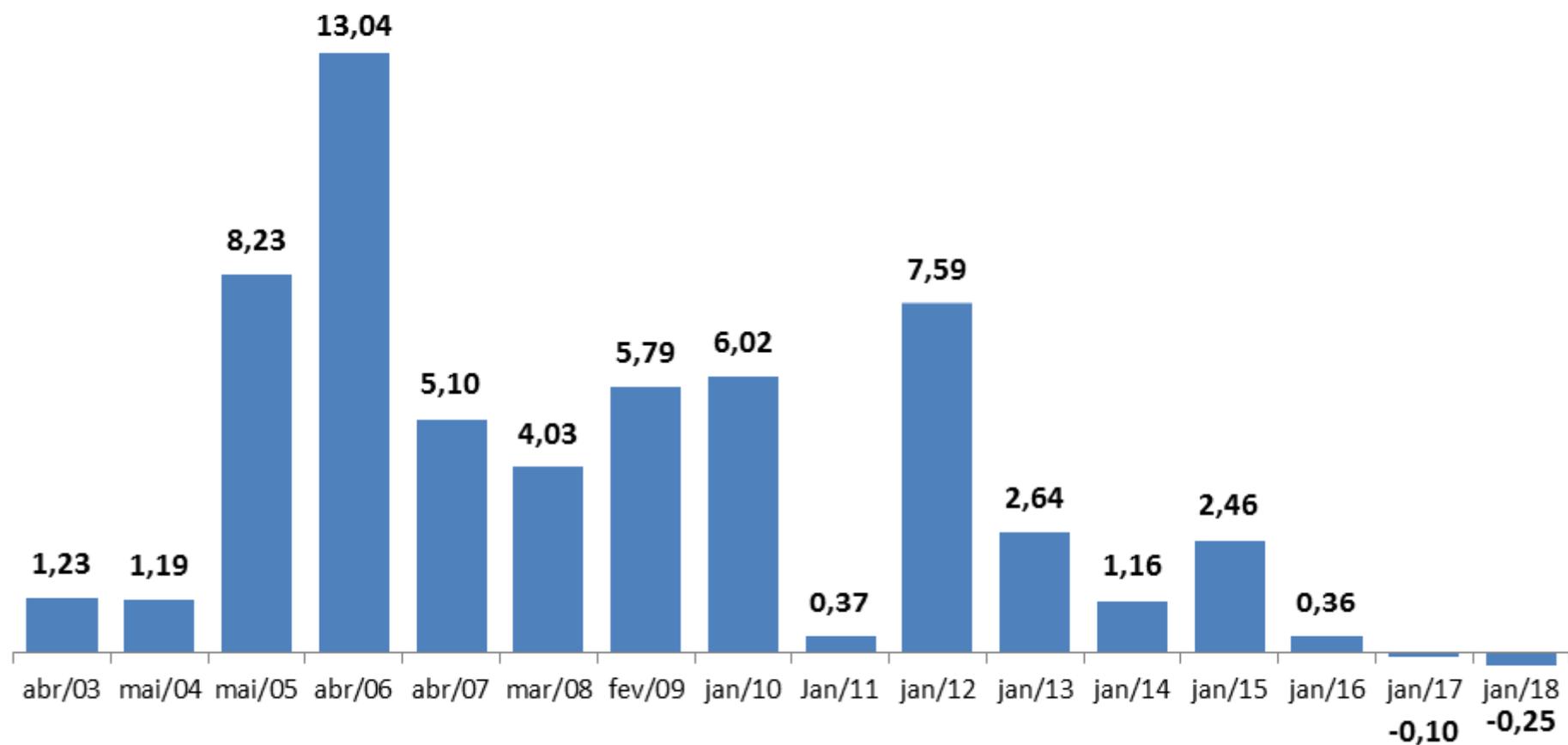
Mercado de Trabalho, Salário Mínimo e Previdência – DIEESE Subseção CONTAG

Retrospectiva 2012-2017
População de 14 anos ou mais de idade (em 1000 pessoas)
Rendimento da população Ocupada
Média dos 4 trimestres de cada ano

Indicadores	Estimativa						Varição 2016-2017
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Rendimento médio real de todos os trabalhos pelas pessoas com rendimento de trabalho.							
Habitualmente recebido por mês	2.051	2.118	2.142	2.135	2.091	2.141	2,4%
Efetivamente recebido por mês	2.078	2.137	2.159	2.166	2.170	2.214	2,0%
Rendimento médio real do trabalho principal pelas pessoas com rendimento de trabalho.							
Habitualmente recebido por mês,	1.987	2.058	2.083	2.076	2.040	2.075	1,7%
Efetivamente recebido por mês	2.016	2.076	2.102	2.108	2.114	2.152	1,8%
Rendimento médio realdo trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas, com rendimento de trabalho, por Posição na Ocupação.							
Empregado no setor privado com carteira de trabalho	1.959	2.007	2.027	2.035	2.009	2.059	2,5%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho	1.197	1.230	1.238	1.229	1.221	1.234	1,0%
Trabalhador doméstico	773	806	845	844	845	851	0,8%
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	3.109	3.188	3.230	3.239	3.289	3.340	1,6%
Empregador	5.544	5.786	5.646	5.565	5.327	5.529	3,8%
Conta própria	1.588	1.654	1.684	1.627	1.571	1.562	-0,5%
Rendimento médio realdo trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas, com rendimento de trabalho, por Grupamento de Atividade.							
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.120	1.166	1.202	1.185	1.145	1.235	7,8%
Indústria Geral	2.059	2.098	2.137	2.166	2.088	2.118	1,5%
Construção	1.694	1.817	1.775	1.719	1.721	1.685	-2,1%
Comércio, reparação de veículos automotores e	1.773	1.820	1.799	1.769	1.727	1.738	0,6%
Transporte, armazenagem e correio	2.171	2.207	2.246	2.183	2.204	2.398	8,8%
Alojamento e alimentação	1.488	1.561	1.575	1.511	1.443	1.395	-3,3%
Informação, comunicação e atividades financeiras,	2.927	3.036	3.059	3.035	3.046	3.116	2,3%
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	2.878	2.968	2.986	3.043	3.027	3.079	1,7%
Outros serviços	1.605	1.687	1.693	1.666	1.569	1.590	1,3%
Serviços Domésticos	773	806	845	844	845	851	0,8%

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

Aumentos reais no Salário Mínimo em % 2003-2018



Elaboração: DIEESE